



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



# EDITAL

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/20172203-01- PMM-PP-SESAU

**Objeto:** Aquisição de Equipamento e Material Permanente (Técnico, Mobiliário, Eletroeletrônico e Informática) para atender a Atenção Especializada em Saúde, destinados a Unidade de Pronto Atendimento – UPA, Hospital de Urgência e Emergência Dr. Augusto Chaves – HUEACR e Centro de Diagnóstico e Serviços Especializados em Saúde – CDSEIG.



Controladoria Geral de Marituba  
VISTO  
Analista

Av. João Paulo II s/n, – Dom Afístides – Marituba – Pará, CNPJ: 10.299.375/0001-58  
Fone: (91) 3256-2007 e-mail: [cplsesau@yahoo.com](mailto:cplsesau@yahoo.com)



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/20172203-01- PMM-PP-SESAU

**1. PREÂMBULO**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 10.299.375/0001-58, sediado na Rua João Paulo II, s/n, Bairro Dom Aristides, CEP 67.200-000 – Marituba-Pará, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua Secretária Municipal de Saúde, Sr<sup>a</sup> **HELEN LUCY MENDES GUIMARÃES BEGOT**, brasileira, RG 2593554-SSP/PA e CPF 374.038.422-00, domiciliada e residente na Rua 02 de Junho, Travessa Mucajá nº 10, Bairro Águas Brancas, Ananindeua/PAe por intermédio do(a) Pregoeiro(a) **SILVIO DOS SANTOS CARDOSO**, designado(a) através de **DECRETO**, torna público, para conhecimento dos interessados, que as **10hs00min** do dia **10 de julho de 2017**, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/20172203-01- PMM-PP-SESAU**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, destinado Aquisição de **Equipamento e Material Permanente** (Técnico, Mobiliário, Eletroeletrônico e Informática) para atender a Atenção Especializada em Saúde, destinados a Unidade de Pronto Atendimento – UPA, Hospital de Urgência e Emergência Dr. Augusto Chaves – HUEACR e Centro de Diagnóstico e Serviços Especializados em Saúde - CDSEIG, de acordo com a Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3555/2000, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela LC 147/2014, Decreto Federal nº 8.538/2015, Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor e Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, **EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA – ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP, MICROEMPRESÁRIO INDIVIDUAL – MEI.**

**1. DO OBJETO**

- 1.1. Constitui objeto desta licitação Aquisição de **Equipamento e Material Permanente** (Técnico, Mobiliário, Eletroeletrônico e Informática) para atender a Atenção Especializada em Saúde, destinados a Unidade de Pronto Atendimento – UPA, Hospital de Urgência e Emergência Dr. Augusto Chaves – HUEACR e Centro de Diagnóstico e Serviços Especializados em Saúde - CDSEIG.
- 1.2. Os equipamentos e materiais contratados deverão atender às exigências descritas no Termo de Referência – Anexo I, bem como, atender às exigências no que diz respeito a prazos e controle de qualidade, atentando-se, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII da Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor e nos seus demais dispostos.

**2. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

- 2.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, devendo fazê-los por escrito, por meio de carta, protocolando o pedido no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Marituba/Pará, sito à Rod. BR 316- S/N, Km 13, Centro, Marituba/PA, CEP 67200-000, de segunda à sexta-feira, em dias de efetivo expediente no órgão, no horário de 08h00min as 14h00min.
- 2.2. Caberá ao (a) Pregoeiro (a) decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro horas);
- 2.3. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, ou os esclarecimentos ou providências solicitadas determinem alterações no ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;
- 2.4. Decairá do direito de impugnar, perante a administração, os termos deste Pregão Presencial aquele que o tendo aceitado sem objeção, venha apontar após o julgamento, falhas ou irregularidades, que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

**3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

- 3.1. A participação neste Pregão é exclusiva a **MICROEMPRESA – ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP, MICROEMPRESÁRIO INDIVIDUAL – MEI** interessadas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital.
- 3.2. Para efeitos de participação das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempresário Individual, nesta licitação, nos termos do art. 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123/2006, são considerados:
- 3.2.1. **Microempresa** – o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano calendário, Receita bruta igual ou inferior a **R\$ 360.000,00** (trezentos sessenta mil reais);



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



**3.2.2. Empresa de Pequeno Porte** – o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

**3.2.3.** Considera-se pequeno empresário, para efeito de aplicação do disposto nos arts. 970 e 1.179 da Lei nº 10.406/2002, o empresário individual caracterizado como microempresa na forma da Lei que aufera receita bruta anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), (LC 123, art. 68);

**3.3.** Cada licitante apresentar-se-á com um representante legal que, devidamente munido de credencial, será o único admitido a intervir em todas as fases do procedimento licitatório, quer por escrito, quer oralmente, respondendo.

**3.3.1.** Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de um Licitante.

**3.4.** As Empresas que estejam com processo administrativo em andamento no Estado, não ficarão impossibilitadas de participar do referido processo licitatório, mas se for declarada sua penalização em decorrência do processo administrativo antes da homologação e adjudicação na Secretaria Municipal de Saúde de Marituba/Pa, a mesma ficará impossibilitada de firmar contrato com esta Administração

**3.5.** Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital, em conformidade com o item 3.1 do edital.

**3.6. NÃO SERÁ ADMITIDO NESTA LICITAÇÃO A PARTICIPAÇÃO DE:**

- a) Consórcio de empresas, sob nenhuma forma;
- b) Empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
- c) Empresa em processo de falência ou em recuperação judicial ou extrajudicial;
- d) Empresa que se encontre em processo de dissolução, fusão, cisão ou incorporação;
- e) Empresa que entre os dirigentes, gerentes, acionistas ou detentores de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito de voto ou controladores, responsáveis técnicos ou subcontratados, haja alguém que seja servidor público, ou que tenha sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da publicação desta licitação;
- f) Parentes da autoridade responsável pela homologação do procedimento (Acórdão nº 607/2011-Plenário, TC-002.128/2008-1, rel. Min-Subst. André Luís Carvalho, 16.03.2011);
- g) Deputados e Senadores, de modo direto ou indireto, segundo o art. 54, inciso I, alínea "a" e inciso II, alínea "a" da Constituição Federal (Acórdão nº 1793/2011-Plenário, TC-011.643/2010-2, rel. Min. Valmir Campelo, 06.07.2011).
- h) Empresas Estrangeiras que não funcionem no País; e,
- i) Empresas cuja atividade empresarial não corresponda ao objeto desta licitação.

**3.7.** Os impedimentos, caso existente, deverão ser declarados pela empresa licitante, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

**4. DO CREDENCIAMENTO**

**4.1.** No dia, horário e local, designados para recebimento dos envelopes, a empresa licitante deverá apresentar um representante para credenciamento, fora dos referidos envelopes, nas formas abaixo:

- a) No caso de Representante: Além da cópia do Estatuto ou Contrato Social, deverá apresentar Instrumento Público de Procuração ou Instrumento Particular com firma reconhecida, indicando um único representante legal a se manifestar em qualquer fase desta licitação, em nome da empresa, onde comprove que o interessado ou seu representante legal possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame, devendo para tanto, juntar fotocópia do documento oficial de identificação com foto e CPF dos sócios e fotocópia do documento oficial de identidade com foto e CPF do representante, ficando a licitante obrigada a acatar as declarações de seu preposto.
- b) Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, juntamente com fotocópia da cédula de identificação com foto e CPF do mesmo e de todos os sócios.
- c) **Declaração** de apresentação de documentação, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme dispõe o art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (Modelo Anexo IV).
- d) **Declaração** de Enquadramento em Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual MEI conforme anexo V do edital, e a declaração emitida pelo site do simples nacional.





ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

4.2. A não apresentação ou incorreção sanável de quaisquer documentos de credenciamento NÃO IMPEDIRÁ a participação da licitante na fase de lances verbais, desde que seja suprida a apresentação e a correção no momento do credenciamento.

4.3. AS CÓPIAS SIMPLES dos documentos devem ser apresentadas junto com os originais para serem autenticadas por membro da equipe de apoio do Pregão no momento da sessão e EM TODAS AS FASES DO CERTAME, OU por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas.

**5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO**

5.1. A Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser apresentadas no local, dia e hora determinados no edital, em envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

- a) Envelope nº 1: Proposta de Preços;
- b) Envelope nº 2: Documentos de Habilitação.

5.2. Os envelopes deverão conter, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 (PROPOSTA DE PREÇOS):  
MUNICIPIO DE MARITUBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/20172203-01- PMM-PP-SESAU  
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE  
CNPJ:  
DATA: 10/07/2017

ENVELOPE Nº 02 (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO)  
MUNICIPIO DE MARITUBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/20172203-01- PMM-PP-SESAU  
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE  
CNPJ:  
DATA: 10/07/2017

**6. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 01)**

6.1. Apresentar declaração de elaboração independente da proposta (anexo III) assinada pelo representante legal e timbre da empresa.

6.2. A proposta deverá ser redigida em 01 (uma) via, contendo a especificação detalhada do objeto proposto, com os registros dos produtos, deverá rigorosamente ser de acordo com as exigências constantes deste Edital e Anexos, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal da proponente e conter no mínimo o que segue: (Modelo Anexo II).

6.2.1. Contendo na planilha: preço unitário dos itens, total e valor global da proposta, expressos em real, em algarismo até duas casas decimais, especificação detalhada dos itens, de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto desta licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

6.2.2. Na proposta deverá constar a marca e/ou modelo de cada item cotado.

6.2.3. O prazo de garantia dos materiais não poderá ser inferior a 12 (doze) meses ou de acordo com a exigida na descrição de cada item, a contar do recebimento dos materiais;

6.2.4. Os materiais deverão ser certificados pelo INMETRO e estar, comprovadamente, dentro das especificações das normas técnicas da ABNT pertinentes a cada item;

6.2.5. Prazo de entrega: Os produtos deverão ser entregues no máximo de 15 (quinze) dias após a comprovação do recebimento da nota de empenho pela contratada, no prédio sede da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Avenida João Paulo II S/N, Bairro Dom Aristides, Marituba/PA de Segunda a Sexta-Feira, nos dias de efetivo expediente, no horário das 08h às 14h, sendo o frete, carga e descarga de responsabilidade do fornecedor até o local de armazenamento.

6.2.6. O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação. Caso o prazo de que trata este subitem não esteja expressamente indicado na proposta, esta será entendida como válida por **60 (sessenta) dias**.

Controladoria Geral de Marituba

VISTO

Analista



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



6.2.6.1. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da Secretaria Municipal de Saúde de Marituba/PA, poderá ser solicitada prorrogação da validade acima referida, por igual prazo, no mínimo.

6.2.7. Razão Social da proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), mencionando o Banco, número da Conta Corrente e da Agência no qual serão depositados os pagamentos se a licitante sagrar-se vencedora do certame.

6.2.8. A proposta deverá conter a **declaração** de que a licitante obriga-se a garantir que os produtos, objeto desta licitação, serão fornecidos de acordo com as especificações definidas na proposta, respeitando as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

6.2.9. **Declarar** que no preço ofertado na proposta escrita e naqueles que, porventura, vierem a ser ofertados por meio de lances verbais devem estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, produtos, encargos sociais, trabalhistas, seguros lucro e outros que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.

6.2.10. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

6.3. O (A) Pregoeiro (a) poderá, caso julgue necessário, solicitar mais esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos.

6.4. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.5. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) Pregoeiro (a).

6.6. Não serão admitidas retificações ou alterações nas propostas apresentadas, uma vez aceito o lance vencedor ou negociado e finalizada a Sessão deste Pregão.

6.7. Na apresentação das propostas não serão aceitos correlatos em discordância com as características definidas no edital.

6.8. Serão desclassificadas as propostas apresentadas por licitantes que se declararem microempresa ou empresa de pequeno porte cuja Receita Bruta registrada no Balanço Patrimonial e Demonstrativo do Resultado do Exercício, ou obtida através outras fontes que permitam auferir a referida receita, se encontrem acima dos limites legalmente estabelecidos.

## 7. DA SESSÃO DO PREGÃO

7.1. A reunião para credenciamento, recebimento dos envelopes das Propostas de Preços e Documentação de Habilitação, será pública, dirigida pelo(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio da PMM/SESAU, nos termos determinados neste Edital, e seus anexos, Na sala de Reunião da Secretaria Municipal de Saúde-Av. João Paulo II, s/nº, Bairro: Dom Aristides, Marituba/PA, CEP 67.200-000, no dia **10 de julho de 2017 às 10:00hs**.

7.2. Os envelopes deverão ser entregues, com o documento de credenciamento (conforme Itens 04 e 05 do Edital).

7.3. Declarada a abertura da sessão pelo (a) Pregoeiro (a), não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes, juntamente com declaração dos interessados ou de seus representantes, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em conformidade com o art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520.

7.4. Após o credenciamento, serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, cujos preços serão lidos, conferidos e rubricados pelo (a) Pregoeiro (a), equipe de apoio e pelos participantes que o desejarem, concluída a etapa de lances, será aberto o envelope nº 02 - Documentos de Habilitação, da licitante vencedora de cada item.

7.5. O (a) Pregoeiro (a) verificará as propostas de preços recebidas, antes da abertura da fase de lances, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis, capazes de dificultar seu julgamento, e, ainda, proposta que apresente valores unitários simbólicos, ou irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis.

**7.6. NÃO SERÁ PERMITIDO DURANTE A SESSÃO USO DE TELEFONES CELULARES, PARA NÃO RETARDAR O ANDAMENTO DO CERTAME.**

**7.7. O uso da calculadora só será permitido até o momento em que não prejudicar o andamento do certame.**

## 8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.2. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços:

8.2.1. O (a) Pregoeiro (a) e sua equipe de apoio classificarão o licitante autor da proposta de menor preço por item do certame, e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, conforme disposto no inciso VIII, do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002.

Av. João Paulo II s/n, – Dom Aristides – Marituba – Pará, CNPJ: 10.299.375/0001-58

Controladoria Geral de Marituba

VISTO

Analista

Fone: (91) 3256-2007 e-mail: [cplsesau@yahoo.com](mailto:cplsesau@yahoo.com)



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

- 8.2.2. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas, conforme disposto no inciso IX, do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002.
- 8.2.3. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando se pelo último classificado e prosseguindo se com os demais licitantes em ordem decrescente de classificação.
- 8.2.4. Os lances verbais destinam se a cobrir o lance do primeiro classificado, ou seja, devendo ser, obrigatoriamente, inferior a este, não sendo aceitos lances para igualar valores.
- 8.2.5. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo (a) Pregoeiro (a), implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.
- 8.2.6. Caso não se realize lances verbais serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço do item e o respectivo valor estimado do objeto deste certame.
- 8.3. O empate entre dois ou mais licitante somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas escritas e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.
- 8.4. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, exclusivamente pelo critério de menor preço por item, o (a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.
- 8.5. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus Anexos, será declarado pelo (a) Pregoeiro (a) o licitante vencedor, este por sua vez deverá apresentar a (o) Pregoeiro (a), no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após o encerramento deste pregão, a proposta escrita de preços contemplando o lance final ofertado.
- 8.6. Sendo aceitável a proposta de menor preço será aberta o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante vencedor.
- 8.7. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou o seu autor não atender aos requisitos de habilitação, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.7.1. O (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, até a apuração do licitante que atenda a todas as exigências do Edital, inclusive quanto à documentação de habilitação, o qual será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.
- 8.7.2. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.
- 8.7.3. Não será motivo de desclassificação, simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem aquelas que possam lesar os direitos dos demais licitantes.

## 9. DA DOCUMENTAÇÃO E CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

9.1. Apresentar preferencialmente, a documentação de habilitação de forma encadernada/grampos de trilho e numeradas ou de qualquer forma que não haja despreendimento das folhas no momento do certame, respeitando a sua ordem especificada no edital.

### 9.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 9.2.1. Documentação dos Sócios ou diretores;
- 9.2.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 9.2.3. Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor e suas alterações, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhadas de documento de eleição de seus administradores;
- 9.2.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de provas da diretoria em exercício;
- 9.2.5. Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 9.2.6. Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei, nos termos do modelo constante do **Anexo V** deste Edital, assinada por Sócio, Dirigente, Proprietário ou Procurador da licitante, com o número da identidade do declarante.
- 9.2.7. Os documentos dos subitens 9.2.1 e 9.2.3 apresentado no credenciamento fica facultado no envelope de documentação.
- 9.2.8. As Empresas deverão apresentar toda a documentação exigida no Edital de Licitação para efeito de comprovação de regularidade.

Controladoria Geral de Marituba

VISTO

Analista



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



### 9.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.3.1. Atestado(s) de **Capacidade Técnica deverão ser atuais**, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel que identifique o(s) mesmo(s), assinados, datados e os signatários devidamente identificados com o nome completo e cargo, que comprove que a empresa licitante forneceu/prestou ou fornece/presta os materiais/serviços em quantidades e características similares ao objeto desta licitação;

9.3.1.1. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito privado deverá constar firma reconhecida em cartório;

9.3.1.2. O (a) Pregoeiro (a) poderá solicitar a qualquer momento documentos que comprovem o atestado de capacidade técnica podendo ser nota fiscal ou contratos firmados com administração pública ou privada.

9.3.2. Licença de vigilância sanitária vigente, expedido pela vigilância sanitária Municipal, Estadual ou Federal para venda de equipamento e/ou material correlato, no que couber, de acordo com os itens cotados.

9.3.3. Apresentação do registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, para todos os itens listados como REGULADOS PELA ANVISA.

9.3.3.1. Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar documento que comprove o pedido de sua revalidação (protocolo) juntamente com o comprovante de pagamento da taxa de revalidação do referido registro.

9.3.3.2. Os Registros deverão estar preferencialmente numerados correspondente aos itens da Proposta de Preços.

9.3.4. Documento de **autorização de fabricação** (para fabricantes) e/ou **distribuição** (para distribuidores) para fabricação e ou distribuição de equipamentos fornecidos pelo Ministério da Saúde e publicado no DOU, com vigência atualizada, para os itens 05, 07, 08, 12, 13, 15, 16, 18, 22, 24, 27, 28, 29 e 30.

### 9.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

9.4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentado na forma da Lei, assinado, carimbado pelo contador registrado pela junta comercial. O balanço deverá ser registrado na Junta Comercial e vir acompanhado da Certidão de Regularidade do Contador - CRC emitido pela internet, devidamente válida na data do certame, ficando nula a certidão CRC que estiver fora da validade.

9.4.2. Demonstração de índice de liquidez que deverá ser igual ou superior a 1 (um), calculado e demonstrado pela fórmula:  $ILC = AC/PC$ , onde: ILC: Índice de Liquidez Corrente; AC: Ativo Circulante; PC: Passivo Circulante

9.4.2.1 A partir dos dados de balanço, deverão ser calculados os seguintes índices como condição para a habilitação:

ILC= Índice de liquidez corrente, com valor igual ou superior a 1,00;

ILG= Índice de liquidez geral, com valor igual ou superior a 1,00;

IGE = Índice Grau de endividamento, com valor igual ou menor a 1,00;

ONDE:

$ILG = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE + ATIVO\ NÃO\ CIRCULANTE}{PASSIVO\ CIRCULANTE + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE} \geq 1,00$

$ILC = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE}{PASSIVO\ CIRCULANTE} \geq 1,00$

$IGE = \frac{PASSIVO\ CIRCULANTE + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE}{ATIVO\ TOTAL} \leq 1,00$

ATIVO TOTAL

ATIVO TOTAL

ATIVO TOTAL

9.4.2.2. A não apresentação da Demonstração de índice de liquidez não resultará em inabilitação da empresa, sendo dessa forma realizados os cálculos no ato da sessão a partir do balanço apresentado.

9.4.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

9.4.3.1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima - S/A): Balanços publicados em Diário Oficial ou publicados em jornal de grande circulação ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

9.4.3.2. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

9.4.3.3. Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

9.4.3.4. As empresas obrigadas a utilizar a ECD (Escrituração Contábil Digital) a partir de 1º de janeiro de 2008 terão a obrigatoriedade de apresentar seu balanço contábil até o último dia do mês de junho do ano seguinte do ano-calendário a que se refira à escrituração (Instrução Normativa nº 787, de 19 de outubro de 2007), apresentando documentação que comprove tal situação (documento contábil de enquadramento).

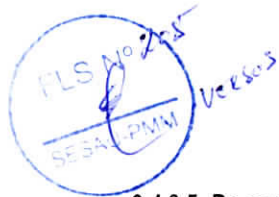
Controladoria Geral de Marituba  
VISTO  
*[Assinatura]*  
Analista

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



9.4.3.5. De acordo com os arts. 970 e 1.179, § 2º, do Código Civil (Lei nº 10.406/2002) o pequeno empresário não é obrigado à manutenção do livro diário e nem a elaboração do Balanço Patrimonial.

9.4.3.5.1 Considera-se pequeno empresário, para efeito de aplicação do disposto nos arts. 970 e 1.179, da Lei nº 10.406/2002, o empresário individual caracterizado como microempresa na forma da Lei que aufera receita bruta anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). (LC 123, art. 68)

9.4.3.6. Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo Distribuidor Judicial da sede da empresa, até no máximo de 90 (noventa) dias anteriores à data da presente Licitação.

#### 9.5. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.5.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.5.2. Inscrição Estadual (FIC);

9.5.3. Certidão negativa de débitos Estaduais (Tributária e não Tributária);

9.5.4. Certidão de Débitos Negativos Municipais, do domicílio ou sede do licitante;

9.5.5. Certidão de regularidade para com a fazenda Federal e União (certidão de tributos federais e dívida ativa da união) com abrangência de todos os créditos tributários federais administrados pela RFB E PGFN;

9.5.6. Prova de regularidade relativa ao FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

9.5.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

9.5.8. Alvará de funcionamento do domicílio ou sede do licitante e pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.6. Os documentos referentes à Habilitação deverão ser apresentados em cópias autenticadas pelo servidor, ou cópias simples, desde que apresentadas junto com os originais para serem autenticadas por membro da equipe de apoio do Pregão, ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas. Exceto as certidões emitidas via internet deverão ser originais, ou quando estes forem publicados em diário oficial. Cópias autenticadas por tabelião de notas não serão válidas como originais para serem autenticadas na hora do certame, ou antes, por qualquer servidor, obedecendo ao art. 32, da Lei 8.666/1993.

9.7. Os documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente, salvo situação do item 9.11.1. Os documentos que não possuem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 90 (noventa) dias de antecedência da data prevista para apresentação das propostas. Exceto os atestados de capacidade técnica que não tem validade.

9.8. Os envelopes com documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras, serão devolvidos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a critério da administração pública ou quando requerido pelo licitante, mediante apresentação de documento formal.

9.9. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ, devendo ser observado o seguinte:

9.9.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ;

9.9.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz;

9.9.3. Se a licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente.

9.10. NÃO SERÃO ACEITOS PROTOCOLOS DE ENTREGA OU SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTO EM SUBSTITUIÇÃO AOS DOCUMENTOS REQUERIDOS NO PRESENTE EDITAL E ANEXOS.

#### 9.11. DA APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, regulamentada pelo Dec. nº 8.538, de 06/10/2015.

9.11.1. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.11.2. O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação, deste pregão.

9.11.3. A prorrogação do prazo poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.11.4. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal.

9.11.5. A não regularização da documentação no prazo previsto nos itens 9.11.1 e 9.11.2 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

Controladoria Geral de Marituba

VISTO

Analista





ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



9.11.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.11.7. Após o encerramento dos lances, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão.

**9.12. OUTROS DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS;**

9.12.1. **Declaração** de que contratada assume inteira responsabilidade por danos ou prejuízos pessoais ou materiais que causar a SESAU, a terceiros, por si, representantes ou sucessores.

9.12.2. **Declaração** de que NÃO possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.

9.12.3. **Declaração** de que NÃO possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo e/ou Legislativo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º, da Lei 8666/93).

9.12.4. **Declaração** de Inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do § 2º, art. 32, da Lei nº 8.666/93.

9.12.5. **Declaração** de empregabilidade de pessoas com necessidades especiais:

9.12.5.1. ( ) **possui** em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% de pessoas portadoras de necessidades especiais, de acordo com o disposto no art. 28, § 6º, da Constituição do Estado do Pará (EC nº 0042/2008, publicada em 11/06/2008).

9.12.5.2. ( ) **não possui** em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% de pessoas portadoras de necessidades especiais, pois a empresa possui menos de 20 empregados, de acordo com o disposto no art. 28, § 6º, da Constituição do Estado do Pará (EC nº 0042/2008, publicada em 11/06/2008).

9.12.6. Os modelos das declarações acima estão anexados neste edital, que devem ser anexadas na habilitação. (Anexo VI)

**10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

10.1. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal.

10.2. No final da sessão, depois de declarado o vencedor do PREGÃO, qualquer licitante credenciado poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, devendo desde logo expor suas razões em ata; quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para juntar memorial e razões do recurso por escrito, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar as contra razões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo lhes asseguradas vista imediata dos autos.

10.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo em ata.

10.5. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor;

10.6. Quando o licitante se ausentar antes do término da ata e da sessão, entregará o (a) Pregoeiro (a) uma declaração de desistência, informando estar ciente das consequências deste ato.

10.7. Caso o envelope de documentação da segunda colocada não tenha sido aberto na sessão, será convocada a (s) licitantes (s) para analisar a documentação.

**11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

O valor acordado será devidamente empenhado nos termos do § 3º, do art. 60 c/c o art. 61, da Lei Federal 4.320/64 e será pago a Contratada, através da seguinte dotação orçamentária:

Ficha: 1175

Unidade: 02.03.03 Fundo Municipal de Saúde – FMS

Funcional Programática: 10.301.0004.2137.0000 Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento

Cat. Econômica: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.

Código de aplicação: 001 001

Fonte de Recurso: 0 1 29 Transferência dos Recursos do SUS

Ficha: 1198

Unidade: 02.03.03 Fundo Municipal de Saúde – FMS

Av. João Paulo II s/n, – Dom Aristides – Marituba – Pará, CNPJ: 10.299.375/0001-58

Fone: (91) 3256-2007 e-mail: [cplesau@yahoo.com](mailto:cplesau@yahoo.com)

Controladoria Geral de Marituba  
VISTO  
Analista



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Funcional Programática: 10.302.0004.2093.0000 Atenção a Média e Alta Complexidade  
Cat. Econômica: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.  
Código de aplicação: 300 000  
Fonte de Recurso: 0 1 29 Transferência dos Recursos do SUS

### 12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo (a) pregoeiro (a) sempre que não houver recurso.  
12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente da Secretária Municipal de Saúde e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à proponente vencedora pelo (a) Pregoeiro (a).  
12.3. Quando houver recurso e o (a) Pregoeiro (a) mantiver sua decisão, deverá ser submetido à Autoridade da Secretária Municipal de Saúde para decidir acerca dos atos do (a) Pregoeiro (a).

### 13. DA PROPOSTA CONSOLIDADA

- 13.1. A proposta vencedora só será adjudicada/homologada, quando esta apresentar o (a) pregoeiro (a) a proposta final, no prazo de 02 (dois) dias úteis no horário das 08hs às 14hs de segunda a sexta-feira bem como deverá enviar por E-mail [cplsesau@yahoo.com](mailto:cplsesau@yahoo.com). Caso não cumpra esse período estará automaticamente desclassificada, sendo convocada a empresa com oferta subsequente.

### 14. DO CONTRATO

- 14.1. O prazo de vigência do contrato será 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e poderão ser prorrogados a critério do órgão solicitante e de acordo com o Art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, com validade e eficácia após a publicação do seu extrato, na forma da lei. O contrato a ser firmado, encontra-se na forma da minuta anexa a este Edital (**Anexo VII**).
- 14.2. O licitante vencedor deverá comparecer para firmar o Contrato, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da convocação.
- 14.2.1A empresa (s) vencedora (s) deverá também assinar o contrato de forma digital, sendo obrigatório de acordo com a Resolução nº 11.535/TCM-PA de 01/07/2014, não sendo isento da assinatura física.
- 14.3. Como condição para celebração do Contrato, o licitante vencedor (ME/EPP/MEI) deverá apresentar a documentação de habilitação fiscal e trabalhista, na forma do art. 4º, do Decreto federal nº 8.538/2015.
- 14.4. Na hipótese de a adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar o Contrato e não apresentar justificativa a Administração implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/ 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 14.5. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.

### 15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1. Efetuar entrega dos equipamentos e materiais em perfeitas condições de uso/consumo, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, tipo, procedência e prazo de garantia;
- 15.2. Executar diretamente o fornecimento, inclusive a garantia, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;
- 15.3. Cumprir o prazo de entrega e vigência da garantia prevista;
- 15.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto de acordo com os artigos 12, 13, 17 e 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- 15.5. Se após o recebimento definitivo do produto for encontrado algum defeito, o fornecedor substituirá o item no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do aviso escrito enviado por fax ou e-mail ou outro meio hábil, sem ônus para a SESAU;
- 15.6. Informar nome, número de telefone e e-mail do responsável, a fim de atender as solicitações da prefeitura, bem como para atendimento a assistência durante prazo da garantia;
- 15.7. Arcar com todos os encargos decorrentes da presente aquisição, especialmente os referentes a frete, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas;
- 15.8. Dispor de meios necessários ao transporte, para a devida entrega dos correlatos no local de destino.

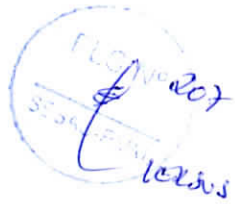
### 16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Av. João Paulo II s/n, – Dom Aristides – Marituba – Pará, CNPJ: 10.299.375/0001-58  
Fone: (91) 3256-2007 e-mail: [cplsesau@yahoo.com](mailto:cplsesau@yahoo.com)

*[Handwritten signatures and initials]*



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



- 16.1. Efetuar o empenho da despesa, garantindo o pagamento das obrigações assumidas;
- 16.2. Efetuar o pagamento das aquisições após Termo de Aceite Definitivo e de acordo com as condições acordadas entre as partes, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 16.3. Comunicar a empresa sobre possíveis irregularidades observadas nos impressos fornecidos para substituição;
- 16.4. Receber provisoriamente os equipamentos e materiais mediante regular aferição de quantitativos, disponibilizando local, data e horário;
- 16.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, bem como atestar na nota fiscal/fatura efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite;
- 16.6. Rejeitar, no todo ou em parte dos correlatos entregues em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

**17. DA GARANTIA E VALIDADE DOS PRODUTOS**

- 17.1. O prazo de garantia dos materiais não poderá ser inferior a 12(doze) meses ou de acordo com a exigida na descrição de cada item, a contar do recebimento dos materiais;
- 17.2. Os materiais deverão ser certificados pelo INMETRO e estar, comprovadamente, dentro das especificações das normas técnicas da ABNT pertinentes a cada item;
- 17.3. Os materiais deverão estar em plena garantia/validade, observando-se ainda os prazos indicados pelos fabricantes;
- 17.4. Não serão aceitos correlatos com data de fabricação defasada que comprometa a sua utilização.

**18. DO FORNECIMENTO E PAGAMENTO**

- 18.1. Todos os materiais e custos necessários ao devido fornecimento ficarão por conta da contratada, inclusive o transporte e a entrega;
- 18.2. O fornecimento, assim como o pagamento será entregue em conformidade com o quantitativo solicitado. A entrega será precedida de Ordem de Fornecimento emitida pela SESAU;
- 18.3. Quando da Entrega dos produtos, a SESAU examinará os produtos fornecidos e informará a existência de falhas;
- 18.4. Todos os materiais deverão ter garantia contra defeitos de fabricação, conforme o que determina a legislação e condições estipuladas neste contrato.
- 18.5 O pagamento se dará de acordo com o quantitativo solicitado e recebido, verificado o fiel cumprimento do contrato;
- 18.6 A regularidade fiscal deverá ser comprovada mediante as seguintes certidões:
  - 18.6.1. Certidão de regularidade para com a Fazenda Federal e União;
  - 18.6.2. Certidão negativa de débito trabalhista (CNDT).
  - 18.6.3. Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS – CRF;
  - 18.6.4. Certidão Negativa de Débitos Municipais;
  - 18.6.5. Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual.
- 18.7. Após verificado que os equipamentos se encontram de acordo com as exigências contidas no Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho – NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo de trinta dias, contados da data do adimplemento de cada parcela, contados da apresentação da fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato;
- 18.8 As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, juntamente com a Nota Fiscal / fatura, a declaração em atendimento às disposições do art. 4º, da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal (is), em duas vias;

Controladoria Geral de Marituba  
VISTO  
*[Handwritten Signature]*  
Analista

**19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 19.1. O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital sujeitará o Licitante às seguintes sanções, quando for o caso:
  - a) Advertência;
  - b) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Secretaria Municipal de Saúde Marituba/PA por prazo não superior a 5 (cinco) anos.
  - c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a administração por prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

*[Handwritten Signature]*



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



19.2. Fica facultada a defesa prévia da licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

19.3. As sanções poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da Licitante, devidamente comprovadas perante a Secretaria Municipal de Saúde de Marituba/PA.

## 20. DAS PENALIDADES

20.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e na Lei nº 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente da SESAU, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais;

20.2. Pela inadimplência total ou parcial do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, mediante publicação no Diário Oficial da União, as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

20.2.1. Advertência, por escrito;

20.2.2. Multa de meio por cento sobre o valor total do contrato, por cada dia de atraso injustificado no cumprimento dos prazos para a entrega do material previsto no Termo de Referência;

20.2.3. Multa de vinte por cento sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações contidas neste Termo de Referência;

20.2.4. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a dois anos;

20.2.5. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, bem como descredenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos, nos termos do art. 7º, da Lei nº 10.520/2002;

20.3. Será considerado descumprido totalmente o contrato quando, injustificadamente, o atraso para a entrega dos itens for superior a trinta dias corridos, ensejando a aplicação de penalidade do item 20.2.3, bem como a rescisão contratual;

20.4. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da SESAU, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas;

20.5. As sanções estabelecidas nos itens 20.2.1, 20.2.4 e 20.2.5, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com aquelas previstas nos itens 20.2.2 e 20.2.3, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

20.6. Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União – DOU;

20.7. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de cinco dias úteis a contar da data do recebimento da intimação;

20.8. Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada até a data do vencimento, esse valor será descontado da nota fiscal que vier a fazer jus;

20.9. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido ou a diferença ainda não paga será objeto de inscrição na Dívida Ativa, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, ou outro índice que porventura venha substituí-lo.

## 21. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

21.1. A autoridade competente para homologar este certame poderá revogar a licitação em face de razões de Interesse Público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

21.2. A anulação do procedimento licitatório induz à do Contrato.

21.3. Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do fornecedor de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato e das condições deste Edital.

21.4. No caso de desfazimento de processo licitatório, fica assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

## 22. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A quantidade inicialmente contratada poderá ser acrescida e/ou suprimida dentro dos limites previstos no § 1º, do art. 65, da Lei 8.666/93, podendo a supressão exceder tal limite, nos termos do § 2º, II, do mesmo artigo.



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



**23. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS**

23.1. Durante a vigência do Contrato, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, da ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

23.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o Contrato e iniciar outro processo licitatório;

23.3. O pedido que vise à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, será apurado em processo apartado, devendo ser observado o que determina a alínea "d" do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

**24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

24.1. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.2. Das reuniões de abertura e julgamento da Habilitação e Propostas, será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos membros da comissão e licitantes presentes.

24.3. No interesse da administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a data da abertura desta licitação;

b) alteradas as condições do edital, com fixação do novo prazo para sua realização.

24.4. A participação neste Pregão implicará aceitação integral e irrevogável das normas do edital, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

24.5. É facultada o (a) Pregoeiro (a) ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveriam constar no ato da sessão pública.

24.6. A Contratada ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao Patrimônio Municipal de Marituba/PA, reparando às suas custas os mesmos, durante a execução do contrato, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte do Município de Marituba/PA.

24.7. Caso a data prevista para realização deste certame seja declarada feriado ou ponto facultativo, e não havendo retificação de convocação, será realizada, **AUTOMATICAMENTE**, no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora previstos.

24.8. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Marituba/PA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas relativas a este Edital, ou questões judiciais do futuro contrato.

**25. DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo (a) Pregoeiro (a), observados os preceitos de direito público e as disposições das leis que regem a matéria.

**26. DOS ANEXOS DO EDITAL**

São partes integrantes deste Edital:

a) ANEXO I – Termo de Referência;

b) ANEXO II – Modelo Proposta de Preços;

c) ANEXO III– Modelo de Declaração de Elaboração Independente da Proposta;

d) ANEXO IV - Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;

e) ANEXO V- Modelo de Declaração de Enquadramento como ME/ EPP/ MEI;

f) ANEXO VI– Modelo de Declarações;

g) ANEXO VII -Minuta do Contrato.

Marituba/PA, 28 de junho de 2017.

SILVIO SANTOS CARDOSO  
Pregoeiro (a)

*Silvio Santos Cardoso*  
Silvio dos Santos Cardoso  
Pregoeiro  
PMM

Controladoria Geral de Marituba  
VISTO  
*[Assinatura]*  
Analista

Helen Lucy Mendes Guimarães Begot.  
Secretária Municipal de Saúde de Marituba/PA/Fundo Municipal de Saúde

*[Assinatura]*



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO I

Termo de Referência Equipamento e Material Permanente

**1 - Do Objeto:**

O objeto do presente termo de referência serve para subsidiar aquisição de **Equipamento e Material Permanente (Técnico, Mobiliário, Eletroeletrônico e informática)**, para atender Atenção especializada em saúde, destinados a Unidade de pronto atendimento (UPA), Hospital de Urgência e Emergência Dr. Augusto Chaves (HUEACR), Centro de Diagnóstico e Serviços Especializados em Saúde Inácio Gabriel (CDSEIG).

**2- Do Prazo, local, condições de entrega e responsável pelo recebimento:**

Os produtos deveram ser entregues no máximo de 15(quinze) dias após a comprovação do recebimento da nota de empenho pela contratada, no prédio sede da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Avenida João Paulo II S/N, Bairro: Dom Aristides, Marituba/Pa. No horário das 08h às 14h, sendo o frete, carga e descarga de responsabilidade do fornecedor até o local de armazenamento. Responsável pelo recebimento e conferência dos materiais o Sr. Manoel Paixão.

**3- Do Quantitativo e Descrição:**

Conforme descrito no **Anexo**.

**4- Da Justificava:**

Considerando a necessidade de reaparelhamento da unidades de Atenção especializada em saúde para melhor cobertura assistencial na oferta de serviços a população visando incremento no atendimento e melhores condições de trabalho da equipe profissional, qualificando as atividades de acordo com os parâmetros da política nacional de saúde, conforme as três propostas do Ministério da Saúde de nº 10299.375000/1150-04, nº 10299.375000/1150-03 e nº 10299.375000/1150-02 de Aquisição de Equipamento/Material Permanente, delibera como favorável aquisição dos itens, com recurso de emenda parlamentar, descritos nos Anexos.

**5- Das Obrigações da Contratada:**

**5.1-** Efetuar entrega dos materiais em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações deste Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, tipo, procedência e prazo de garantia;

**5.2-** Executar diretamente o fornecimento, inclusive a garantia, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;

**5.3-** Cumprir o prazo de entrega e vigência da garantia prevista;

**5.4-** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto de acordo com os artigos 12, 13, 17 e 27 o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**5.5-** Se após o recebimento definitivo do produto for encontrado algum defeito, o fornecedor substituirá o item no prazo de 05 (cinco) úteis, contados do recebimento do aviso escrito enviado por fax ou e-mail ou outro meio hábil, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde;

**5.6-** Informar nome, número de telefone e e-mail do responsável, a fim de atender as solicitações da Secretaria de Saúde, bem como para atendimento a assistência técnica durante a garantia;

**5.7-** Arcar com todos os encargos decorrentes da presente aquisição, especialmente os referentes a frete, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas;

**5.8-** Dispor de meios necessários ao transporte, para a devida entrega dos equipamentos no local de destino;

**5.9-** Apresentação do registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, para todos os itens listados como **REGULADOS PELA ANVISA**, conforme descrito no **ANEXO - GERAL**, cujo registro é de caráter obrigatório.

**6- Das Obrigações da Contratante:**

**6.1-** Efetuar o empenho da despesa, garantindo o pagamento das obrigações assumidas;

**6.2-** Efetuar o pagamento das aquisições após Termo de Aceite Definitivo e de acordo com as condições acordadas entre as partes, no prazo de 30 (trinta) dias;

**6.3-** Comunicar a empresa sobre possíveis irregularidades observadas nos impressos fornecidos para substituição;

**6.4-** Receber provisoriamente os impressos mediante regular aferição de quantitativos, disponibilizando local, data e horário;

Controladoria Geral de Marituba

VISTO

Analista



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



6.5- Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, bem como atestar na nota fiscal/fatura efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite;

6.6- Rejeitar, no todo ou em parte dos impressos entregues em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência;

**7- Da Garantia:**

7.1- O prazo mínimo de garantia dos materiais/equipamentos, é de 12(doze) meses, a contar do recebimento dos materiais/equipamentos;

7.2- Os materiais deverão ser certificados pelo INMETRO e estar, comprovadamente, dentro das especificações das normas técnicas da ABNT pertinentes a cada item;

7.3- Os materiais deverão estar em plena validade, observando-se os prazos indicados pelos fabricantes;

7.4- Não serão aceitos materiais com data de fabricação defasada que comprometa a sua utilização.

**8- Das Sanções Administrativas:**

A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação são aquelas previstas no Edital.

**9- Do Critério de avaliação das propostas:**

Por Menor Preço.

**10- Da Fundamentação Legal:**

Fundamenta-se esta aquisição nas leis 8.666/93, lei 10520/2002 e lei 101/2000 e alterações posteriores.

**11- Vigência do contrato:**

O prazo de vigência do contrato será 12 meses a partir da assinatura do contrato, contados a partir da data de sua assinatura e poderão ser prorrogados a critério do órgão solicitante e de acordo com o Art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, com validade e eficácia após a publicação do seu extrato.

**12- Das Disposições Gerais:**

A prefeitura reserva-se o direito de liberar a nota fiscal para pagamento, somente após o responsável pela Secretaria, aferir a quantidade, especificações, qualidade e adequação dos materiais entregues com as do Termo de Referência.

  
Helen Lucy M Guimarães  
Secretária Municipal de Saúde  
Drª Helen Guimarães  
Secretaria Municipal de Saúde  
DEC. N°003 / 2017  
Marituba - PA



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



ANEXO - GERAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT. TOTAL	UPA	HUEACR	CDSEIG
1	Ar condicionado, climatização apenas frio, tipo janela mínimo de 24000 BTU.	1		1	-
2	Ar condicionado, climatização apenas frio, tipo split mínimo de 7000 BTU.	3	-	3	
3	Armário Vitrine - 02 portas, em aço/ferro pintado, com laterais de vidro	3	3	-	-
4	Bebedouro / Purificador Refrigerado - tipo pressão de coluna simples aço pintado	2	2	-	
5	Berço hospitalar com grades, materiais de confecções estrutura/ leito em chapa, aço ferro/pintado, com rodízios, grades laterais aço em inoxidável, movimento de fawler 3 manivelas, colchão hospitalar mínimo D 28, cabeceira/peseira poliuretano/similar. <b>Regulado pela ANVISA</b>	2	2		
6	Balcão - em madeira/mdp/mdf/similar, com dimensões mínimas curvo 1,20x1,10x0,40M.	1	1		
7	Biombo - em aço/ferro pintado, com rodízios, tamanho triplo. <b>Regulado pela ANVISA</b>	3	3	-	-
8	Bicicleta Ergométrica vertical, funções mínimas no painel: Display com informações de RPM, tempo, velocidade, distancia, pulso e calorias. Programas: mínimo de 8 programas pré-definidos, com regulagem d de esforço. Sensor cardíaco: HandGrip. Equipamento Eletromagnético. Assento com ajuste de altura, pedais com cinta para os pés. Guidão ergonômico e emborrachado. Peso do usuário: mínimo de 120 Kg, alimentação elétrica 110 V. <b>Regulado pela ANVISA</b>	1	-	-	1
9	Cadeira - em aço / ferro pintado, sem rodízios, sem braços, sem regulagem de altura, assento / encosto estofado	33	33	-	-
10	Cadeira - em aço / ferro pintado, com rodízios, com braços, com regulagem de altura, assento / encosto com estofado couvin.	2	2	-	-
11	Cadeira - em aço / ferro pintado, com rodízios, com braços, com regulagem de altura, assento / encosto estofado	1	1	-	-
12	Cadeira de rodas - em aço ferro pintado, com pés removíveis, braços removíveis, com elevação de pernas, suporte para soro, capacidade até 100KG, <b>Regulado pela ANVISA</b>	5	-	4	1
13	Cama hospitalar tipo fawler mecânica, aplicação adulta, com rodizio, material confecção estrutura/ leito em chapa, aço/ ferro pintado, acionamento por manivelas 03, cabeceira /peseira poliuretano/similar, grades laterais aço inoxidável, colchão hospitalar mínimo D 28 . <b>Regulado pela ANVISA</b>	16	12	04	-
14	Computador (desktop básico) processador no mínimo Intel core i3 ou AMD a10, memória Ram 4gb, DDR3, 1600 MHZ, disco rígido mínimo de 500 GB, tipo de monitor 18,5" (1366 x 768), mouse USB, 800 DPI, 2 botões, Scrool (com fio), fonte compatível com o item, sistema operacional Windows 7 pro (64 bits), teclado USB, ABNT2, 107 teclas (com fio), interfaces de rede 10/100/1000, interfaces de vídeo integrada e wifi, unidade de disco ótico CD/DVD rom, com garantia mínima de 12 meses.	18	08	09	1
15	Escada digital em madeira para reabilitação, 138 CM X 9CM X 3CM. <b>Regulado pela ANVISA</b>	1			1

Controladoria Geral de Marituba  
VISÃO  
Analista





ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



16	Electrocardiógrafo - número de canais 03, bateria interna, memória, laudo interpretativo. <b>Regulado pela ANVISA</b>	3	2	1	-
17	Estante - reforço, capacidade / prateleiras mínima 100kg / 06 prateleiras.	2	2		
18	Emissões Otoacústicas, com testes TE+DP, sem impressora. <b>Regulado pela ANVISA</b>	1			1
19	Impressora laser (comum) - monocromática, memória 16 MB, resolução 600x600, velocidade 33 PPM, capacidade 100 paginas/bandeja, ciclo 25.000 paginas mês, interface UBS e Rede, frente e verso automático, garantia mínima de 12 meses	10	3	6	1
20	Impressora laser multifuncional (copiadora, scanner e fax) - padrão de cor monocromático, memória 64 MB, resolução de impressão 600 x 600, resolução de digitalização 1200 x 1200, resolução de cópia 600 x 600, velocidade 18 ppm, capacidade 150 páginas/ bandeja, ciclo 8.000 páginas/ mês, fax 33,6 kbps, interface usb e rede, frente e verso automático, garantia mínima de 12 meses.	2	2	-	-
21	Longarina - com 04 lugares, assento / encosto em polipropileno	8	5	-	3
22	Laringoscópio, com composição 5 Laminas aço inox. <b>Regulado pela ANVISA</b>	1	-	-	1
23	Mesa de escritório - base aço/ferro, simples, divisões de 01 a 02 gavetas, material de confecção madeira/ mdp/ mdf/ similar, composição simples.	11	11	-	-
24	Mesa de exames - em aço ferro/pintado, posição do leito móvel, acessórios suporte para papel, sem gabinete com portas e gavetas. <b>Regulado pela ANVISA</b>	3	3	-	-
25	Mesa para impressora - em aço / ferro pintado, mínimo de 50 x 40 x 70 cm, tampo tipo madeira / MDF / similar	1	1	-	-
26	Mesa para impressora - em aço / ferro pintado, mínimo de 80 x 60 x 70 cm, madeira / mdp/ mdf / similar	2	2	-	-
27	Negatoscópio - em aço / ferro pintado, tipo parede / 1 corpo. <b>Regulado pela ANVISA</b>	2	-	-	2
28	Tens e Fes, número de canais mínimo de 04. <b>Regulado pela ANVISA</b>	1	-	-	1
29	Tábua de Tríceps, material de confecção madeira com piso antiderrapante. <b>Regulado pela ANVISA</b>	1	-	-	1
30	Tábua de Quadriceps, material de confecção madeira com regulagem de inclinação. <b>Regulado pela ANVISA</b>	1	-	-	1
<b>QUANTIDADE TOTAL DE EQUIPAMENTOS APRESENTADOS MINISTÉRIO DA SAÚDE</b>		<b>141</b>	<b>98</b>	<b>28</b>	<b>15</b>

Controladoria Geral de Marituba  
VISTO  
ANALISTA



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



ANEXO – MATERIAL PERMANENTE MOBILIÁRIO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT. TOTAL	UPA	HUEACR	CDSEIG
3	Armário Vitrine - 02 portas, em aço/ferro pintado, com laterais de vidro	3	3	-	-
6	Balcão - em madeira/mdp/mdf/similar, com dimensões mínimas curvo 1,2x1,10x0,40M.	1	1	-	-
9	Cadeira - em aço / ferro pintado, sem rodízios, sem braços, sem regulagem de altura, assento / encosto estofado	33	33	-	-
10	Cadeira - em aço / ferro pintado, com rodízios, com braços, com regulagem de altura, assento / encosto com estofado couvin.	2	2	-	-
11	Cadeira - em aço / ferro pintado, com rodízios, com braços, com regulagem de altura, assento / encosto estofado	1	1	-	-
17	Estante - reforço, capacidade / prateleiras mínima 100kg / 06 prateleiras.	2	2	-	-
21	Longarina - com 04 lugares, assento / encosto em polipropileno	8	5	-	3
23	Mesa de escritório - base aço/ferro/, simples, divisões de 01 a 02 gavetas, material de confecção madeira/ mdp/ mdf/ similar, composição simples.	11	11	-	-
25	Mesa para impressora - em aço / ferro pintado, mínimo de 50 x 40 x 70 cm, tampo tipo madeira / MDF / similar	1	1	-	-
26	Mesa para impressora - em aço / ferro pintado, mínimo de 80 x 60 x 70 cm, madeira / mdp/ mdf / similar	2	2	-	-

ANEXO – MATERIAL TÉCNICO/EQUIPAMENTOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT. TOTAL	UPA	HUEACR	CDSEIG
5	Berço hospitalar com grades, materiais de confecções estrutura/ leito em chapa, aço ferro/pintado, com rodízios, grades laterais aço em inoxidável, movimento de Fawler 3 manivelas, colchão hospitalar mínimo D 28, cabeceira/peseira poliuretano/similar. <b>Regulado pela ANVISA</b>	2	2	-	-
7	Biombo - em aço/ferro pintado, com rodízios, tamanho triplo. <b>Regulado pela ANVISA</b>	3	3	-	-
8	Bicicleta Ergométrica vertical, funções mínimas no painel: Display com informações de RPM, tempo, velocidade, distancia, pulso e calorias. Programas : mínimo de 8 programas pré-definidos, com regulagem d de esforço. Sensor cardíaco:HandGrip. Equipamento Eletromagnético. Assento com ajuste de altura, pedais com cinta para os pés. Guidão ergonômico e emborrachado. Peso do usuário: mínimo de 120 Kg. alimentação elétrica 110 V. <b>Regulado pela ANVISA</b>	1	-	-	1
12	Cadeira de rodas - em aço ferro pintado, com pés removíveis, braços removíveis, com elevação de pernas, suporte para soro, capacidade até 100KG. <b>Regulado pela ANVISA</b>	5	-	4	1

Controladoria Geral de Marituba

VISTO

Analista



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

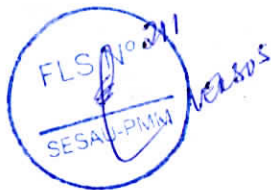


13	Cama hospitalar tipo fawler mecânica, aplicação adulta, com rodízio, material confecção estrutural/ leito em chapa, aço/ ferro pintado, acionamento por manivelas 03, cabeceira /peseira poliuretano/similar, grades laterais aço inoxidável, colchão hospitalar mínimo D 28. <b>Regulado pela ANVISA</b>	16	12	04	-
15	Escada digital em madeira para reabilitação, 138 CM X 9CM X 3CM. <b>Regulado pela ANVISA</b>	1			1
16	Eletrocardiógrafo - número de canais 03, bateria interna, memória, laudo interpretativo. <b>Regulado pela ANVISA</b>	3	2	1	-
18	Emissões Otoacústicas, com testes TE+DP, sem impressora. <b>Regulado pela ANVISA</b>	1			1
22	Laringoscópio, com composição 5 Laminas aço inox. <b>Regulado pela ANVISA</b>	1	-	-	1
24	Mesa de exames - em aço ferro/pintado, posição do leito móvel, acessórios suporte para papel, sem gabinete com portas e gavetas. <b>Regulado pela ANVISA</b>	3	3	-	-
27	Negatoscópio - em aço / ferro pintado, tipo parede / 1 corpo. <b>Regulado pela ANVISA</b>	2	-	-	2
28	Tens e Fes, número de canais mínimo de 04. . <b>Regulado pela ANVISA</b>	1	-	-	1
29	Tábua de Tríceps, material de confecção madeira com piso antiderrapante. <b>Regulado pela ANVISA</b>	1	-	-	1
30	Tábua de Quadríceps, material de confecção madeira com regulagem de inclinação. <b>Regulado pela ANVISA</b>	1	-	-	1

ANEXO – ELETROELETRÔNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT. TOTAL	UPA	HUEACR	CDSEIG
1	Ar condicionado, climatização apenas frio, tipo janela mínimo de 24000 BTU.	1		1	-
2	Ar condicionado, climatização apenas frio, tipo janela split mínimo de 7000 BTU.	3	-	3	
4	Bebedouro / Purificador Refrigerado - tipo pressão de coluna simples aço pintado	2	2	-	

Controladoria Geral de Materiais  
VISTO  
ANEXISTA



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO – INFORMÁTICA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT. TOTAL	UPA	HUEACR	CDSEIG
14	Computador (desktop básico) processador no mínimo intel core i3 ou amd a10, memória ram 4gb, ddr3, 1600 mhz, disco rígido mínimo de 500 gb, tipo de monitor 18,5" (1366 x 768), mouse usb, 800 dpi, 2 botões, scrool (com fio), fonte compatível com o item, sistema operacional windows 7 pro (64 bits), teclado usb, abnt2, 107 teclas (com fio), interfaces de rede 10/100/1000, interfaces de video integrada e wifi, unidade de disco ótico cd/dvd rom, com garantia mínima de 12 meses.	18	08	09	1
19	Impressora laser (comum) - monocromática, memória 16 MB, resolução 600x600, velocidade 33 PPM, capacidade 100 paginas/bandeja, ciclo 25.000 paginas mês, interface UBS e Rede, frente e verso automático, garantia de 12 meses	10	3	6	1
20	Impressora laser multifuncional (copiadora, scanner e fax) - padrão de cor monocromático, memória 64 MB, resolução de impressão 600 x 600, resolução de digitalização 1200 x 1200, resolução de cópia 600 x 600, velocidade 18 ppm, capacidade 150 páginas/ bandeja, ciclo 8.000 páginas/ mês, fax 33,6 kbps, interface usb e rede, frente e verso automático, garantia mínima de 12 meses.	2	2	-	-

Controladoria Geral de Marituba

VISTO

Analista



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



ANEXO II  
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA - PA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
REF. LICITAÇÃO Nº 5/20172203-01- PMM-PP-SESAU  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Controladoria Geral de Marituba  
VISTO  
Analista

A empresa, ....., com sede na rua/av. ...., inscrita no CNPJ sob o nº ....., abaixo assinado por seu representante legal, interessada na participação do Pregão Presencial Nº 5/20172203-01- PMM-PP-SESAU, tendo como objeto ....., vem apresentar proposta de preços, de acordo com as especificações detalhadas no termo de referência (anexo i), bem como nos termos do item 6 do edital, nas seguintes condições:

EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MEI					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT. TOTAL	V. UNITÁRIO	V. TOTAL	MARCA/ FABRICANTE
1	Ar condicionado, climatização apenas frio, tipo janela mínimo de 24000 BTU.	1			
2	Ar condicionado, climatização apenas frio, tipo split mínimo de 7000 BTU.	3			
3	Armário Vitrine - 02 portas, em aço/ferro pintado, com laterais de vidro	3			
4	Bebedouro / Purificador Refrigerado - tipo pressão de coluna simples aço pintado	2			
5	Berço hospitalar com grades, materiais de confecções estrutura/ leito em chapa, aço ferro/pintado, com rodízios, grades laterais aço em inoxidável, movimento de fawler 3 manivelas, colchão hospitalar mínimo D 28, cabeceira/peseira poliuretano/similar. <b>Regulado pela ANVISA</b>	2			
6	Balcão - em madeira/mdp/mdf/similar, com dimensões mínimas curvo 1,20x1,10x0,40M.	1			
7	Biombo - em aço/ferro pintado, com rodízios, tamanho triplo. <b>Regulado pela ANVISA</b>	3			
8	Bicicleta Ergométrica vertical, funções mínimas no painel: Display com informações de RPM, tempo, velocidade, distancia, pulso e calorias. Programas: mínimo de 8 programas pré-definidos, com regulagem d de esforço. Sensor cardíaco: HandGrip. Equipamento Eletromagnético. Assento com ajuste de altura, pedais com cinta para os pés. Guidão ergonômico e emborrachado. Peso do usuário: mínimo de 120 Kg, alimentação elétrica 110 V. <b>Regulado pela ANVISA</b>	1			
9	Cadeira - em aço / ferro pintado, sem rodízios, sem braços, sem regulagem de altura, assento / encosto estofado	33			
10	Cadeira - em aço / ferro pintado, com rodízios, com braços, com regulagem de altura, assento / encosto com estofado couvin.	2			
11	Cadeira - em aço / ferro pintado, com rodízios, com braços, com regulagem de altura, assento / encosto estofado	1			
12	Cadeira de rodas - em aço ferro pintado, com pés removíveis, braços removíveis, com elevação de pernas, suporte para soro, capacidade até 100KG, <b>Regulado pela ANVISA</b>	5			
13	Cama hospitalar tipo fawler mecânica, aplicação adulta, com rodízio, material confecção estrutura/ leito em chapa, aço/ ferro pintado, acionamento por manivelas 03, cabeceira /peseira poliuretano/similar, grades laterais aço inoxidável, colchão hospitalar mínimo D 28 . <b>Regulado pela ANVISA</b>	16			



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

14	Computador (desktop básico) processador no mínimo Intel core i3 ou AMD a10, memória Ram 4gb, DDR3, 1600 MHZ, disco rígido mínimo de 500 GB, tipo de monitor 18,5" (1366 x 768), mouse USB, 800 DPI, 2 botões, Scroll (com fio), fonte compatível com o item, sistema operacional Windows 7 pro (64 bits), teclado USB, ABNT2, 107 teclas (com fio), interfaces de rede 10/100/1000, interfaces de vídeo integrada e wifi, unidade de disco ótico CD/DVD rom, com garantia mínima de 12 meses.	18			
15	Escada digital em madeira para reabilitação, 138 CM X 9CM X 3CM. <b>Regulado pela ANVISA</b>	1			
16	Eletrocardiógrafo - número de canais 03, bateria interna, memória, laudo interpretativo. <b>Regulado pela ANVISA</b>	3			
17	Estante - reforço, capacidade / prateleiras mínima 100kg / 06 prateleiras.	2			
18	Emissões Otoacústicas, com testes TE+DP, sem impressora. <b>Regulado pela ANVISA</b>	1			
19	Impressora laser (comum) - monocromática, memória 16 MB, resolução 600x600, velocidade 33 PPM, capacidade 100 páginas/bandeja, ciclo 25.000 páginas mês, interface UBS e Rede, frente e verso automático, garantia mínima de 12 meses	10			
20	Impressora laser multifuncional (copiadora, scanner e fax) - padrão de cor monocromático, memória 64 MB, resolução de impressão 600 x 600, resolução de digitalização 1200 x 1200, resolução de cópia 600 x 600, velocidade 18 ppm, capacidade 150 páginas/ bandeja, ciclo 8.000 páginas/ mês, fax 33,6 kbps, interface usb e rede, frente e verso automático, garantia mínima de 12 meses.	2			
21	Longarina - com 04 lugares, assento / encosto em polipropileno	8			
22	Laringoscópio, com composição 5 Laminas aço inox. <b>Regulado pela ANVISA</b>	1			
23	Mesa de escritório - base aço/ferro/, simples, divisões de 01 a 02 gavetas, material de confecção madeira/ mdp/ mdf/ similar, composição simples.	11			
24	Mesa de exames - em aço ferro/pintado, posição do leito móvel, acessórios suporte para papel, sem gabinete com portas e gavetas. <b>Regulado pela ANVISA</b>	3			
25	Mesa para impressora - em aço / ferro pintado, mínimo de 50 x 40 x 70 cm, tampo tipo madeira / MDF / similar	1			
26	Mesa para impressora - em aço / ferro pintado, mínimo de 80 x 60 x 70 cm, madeira / mdp/ mdf / similar	2			
27	Negatoscópio - em aço / ferro pintado, tipo parede / 1 corpo. <b>Regulado pela ANVISA</b>	2			
28	Tens e Fes, número de canais mínimo de 04. <b>Regulado pela ANVISA</b>	1			
29	Tábua de Tríceps, material de confecção madeira com piso antiderrapante. <b>Regulado pela ANVISA</b>	1			
30	Tábua de Quadríceps, material de confecção madeira com regulagem de inclinação. <b>Regulado pela ANVISA</b>	1			

OBS.1: DESCREVER CONFORME AS EXIGÊNCIAS DO ITEM 6 DO EDITAL.

Qualificação e cargo do(s) representante(s) legal(is) da empresa, que, se vencedora, assinará o contrato de fornecimento do objeto da presente licitação;

Banco \_\_\_\_\_ agência \_\_\_\_\_ e conta corrente, onde será depositado o pagamento das obrigações pactuadas.

Tel fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ celular: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura de representante legal da licitante

Obs.: este modelo tem por objetivo facilitar o trabalho da empresa, admitindo-se adaptações e acréscimos que melhor se ajustem à proposta a ser formulada.



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



ANEXO III  
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DA PROPOSTA

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA - PA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
REF. LICITAÇÃO Nº 5/20172203-01- PMM-PP-SESAU  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Prezados senhores,

(Empresa), por intermédio de seu representante legal o (a) sr. (a) xxxxxxxxxxxx portadora da carteira de identidade nº xxxxxxxxxxxxxx e do CPF nº xx.xxx.xxx.-xx para fins do edital do Pregão Presencial nº xxxxxxxxxxxxxx, **declara**, sob as penas da lei, em especial ao art. 299 do Código Penal Brasileiro que:

A) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente pela empresa \_\_\_\_ (nome da empresa / CNPJ) \_\_\_\_\_, e que o conteúdo da referida proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame em referência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

B) A intenção de apresentação da proposta, não foi informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa;

C) Que não tentou por qualquer meio ou qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato, no que diz respeito a participação ou não no presente certame;

D) Que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

E) Que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente informado ou discutido com qualquer integrante da equipe de apoio, com o (a) pregoeiro (a) ou representante ou funcionário da secretaria responsável pela licitação, antes da abertura oficial das propostas;

F) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local, xx de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
(REPRESENTANTE LEGAL)  
RG E CPF Nº

Controladoria Geral de Marituba  
VISTO  
Analista



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO IV  
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA - PA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL  
REF. LICITAÇÃO Nº 5/20172203-01- PMM-PP-SESAU  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº \_\_\_\_\_  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A empresa ....., com sede na rua/av. ...., inscrita no CNPJ sob o nº ....., através de seu representante legal, abaixo assinado, em atendimento ao previsto no edital de Pregão Presencial nº ....., declaro (a) (mos), que temo (s) conhecimento e cumpro (imos) plenamente os requisitos de habilitação e atendo (emos) a todas as exigências do edital, tendo assim condições para participação no presente certame. Conforme dispõe o artigo 4º, inciso vii, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**Observação:** no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte MEI que, nos termos da LC nº 123/2006, LC nº 147/2014 e decreto nº 8.538/2015 e alterações posteriores, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, nesta declaração.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo  
(representante legal)

Controladoria Geral de Marituba  
VISTO  
Analista





ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



ANEXO V  
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA/ EMPRESA DE PEQUENO PORTE/MEI

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA - PA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL  
REF. LICITAÇÃO Nº 5/20172203-01- PMM-PP-SESAU  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

\_\_\_\_\_ (Nome da empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal o (a) sr.(a) \_\_\_\_\_ portador (a) da carteira de identidade nº. \_\_\_\_\_ e de CPF nº. Declara, para fins do disposto do edital do pregão presencial nº. \_\_\_\_ PMM-PP-SESAU, sob as sanções administrativas e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- (....) Micro empresa, conforme inciso i, art. 3º, da lei complementar nº 123/2006;
- (....) Empresa de pequeno porte, conforme inciso ii art. 3º, da lei complementar nº 123/2006.
- (....) MEI, art. 18-a, § 1º, lei complementar nº 123/2006.

LOCAL, XX DE XXXXXXXXXXXXXXXX DE 2017.

\_\_\_\_\_  
(ASSINATURA)

Controladoria Geral de Marituba  
VISTO  
*[Assinatura]*  
Analista

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO VI  
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

MODELO DE DECLARAÇÕES

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA - PA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL  
REF. LICITAÇÃO Nº 5/20172203-01- PMM-PP-SESAU  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

(Nome da empresa) -----, CNPJ nº -----, sediada na rua -----, nº -  
-----, Bairro, -----, CEP ----- Município -----, por seu representante legal abaixo assinado,  
em cumprimento ao solicitado no edital de Pregão Presencial nº xxxxxxxx, declara, sob as penas da lei, que:

1. Se contratada assume inteira responsabilidade por danos ou prejuízos pessoais ou materiais que causar a SESAU, a terceiros, por si, representantes ou sucessores.
2. Não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da constituição federal e inciso V, art.27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela lei nº 9.854/1999.
3. Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do poder executivo e/ou legislativo municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da lei 8666/93 e inciso X).
4. **Declaração** de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do § 2º, art. 32, da Lei nº 8.666/93.
5. Empregabilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais:
  - 5.1. ( ) **possui** em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% de pessoas portadoras de necessidades especiais, de acordo com o disposto no art. 28, §6º da constituição do Estado do Pará (EC nº 0042/2008, publicada em 11.06.2008).
  - 5.2. ( ) **não possui** em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% de pessoas portadoras de necessidades especiais, pois a empresa possui menos de 20 empregados, de acordo com o disposto no art. 28, §6º da constituição do Estado do Pará (EC nº 0042/2008, publicada em 11/06/2008).

**Obs.:** no caso de micro-empresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da lc 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.

Local, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal sob carimbo  
CNPJ da empresa:

Controladoria Geral de Marituba  
VISTO  
\_\_\_\_\_  
Analista

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



Controladoria Geral de Marituba  
VISTO  
Analista

ANEXO VII  
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MARITUBA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA .....COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 10.299.375/0001-58, sediado na Rua João Paulo II S/N, Bairro Dom Aristides, CEP 67.200-000 – Marituba-Pará, doravante denominado **Contratante**, neste ato representada por sua Secretária Municipal de Saúde, Sr<sup>a</sup> **Helen Lucy Mendes Guimarães Begot**, brasileira, Rg 2593554-Ssp/Pa e CPF 374.038.422-00, domiciliada e residente na Rua 02 de Junho, Travessa Mucajá Nº 10, Bairro Águas Brancas, Ananindeua/Pa, edo outro lado, a Empresa ....., CNPJ ....., sediada na rua ..... nº ....., CEP ...../Pa, denominada **Contratada**, Representada pelo (a) Sr. (a).....Brasileiro (a), Rg ..... e Cpf ....., domiciliado (a) e residente na rua ..... Nº ....., CEP ....., firmam o presente termo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:**

Constitui objeto do presente contrato e a aquisição de **Equipamento e Material Permanente** (Técnico, Mobiliário, Eletroeletrônico e Informática) para atender a Atenção Especializada em Saúde, destinados a Unidade de Pronto Atendimento – UPA, Hospital de Urgência e Emergência Dr. Augusto Chaves – HUEACR e Centro de Diagnóstico e Serviços Especializados em Saúde - CDSEIG.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO:**

São partes integrantes e complementares deste contrato, independentemente de transcrição, a proposta vencedora, o processo do **Pregão Presencial Nº 5/20172203-01- PMM-PP-SESAU**, seus anexos e respectivas normas e instruções, especificações, despachos e pareceres que o encorparam.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL:**

O Presente contrato fundamenta-se no Art. 55, da Lei nº 8666/93, Lei 10.520/2002 e alterações.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR**

O valor global deste contrato é de R\$ xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxx), de acordo com a proposta, que passa a fazer parte integrante deste, independente da transcrição e/ou traslado, conforme a seguir especificado:

ITENS	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	QUANT.	V. UNIT. R\$	V.TOTAL R\$	MARCA

**CLÁUSULA QUINTA - MODALIDADE DE PAGAMENTO**

5.1. O pagamento será feito de acordo com os recursos disponíveis, não superior a 30 (dias) após o atesto das notas fiscais/faturas, devidamente atestadas pela Secretaria Municipal de Saúde pelo fiscal do contrato.

5.2. Nenhum pagamento será efetuado a contratada na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- 5.2.1. Conferência e aprovação do Pré - Faturamento Mensal e Atestação de Conformidade do Fornecimento;
- 5.2.2. Certidão de Regularidade para com a Fazenda Federal e União (Certidão de Tributos Federais e Dívida Ativa da União) com abrangência de todos os créditos Tributários Federais administrados pela RFB e PGFN;
- 5.2.3. Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT).
- 5.2.4. Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS – CRF;
- 5.2.5. Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- 5.2.6. Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual.

5.3. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente, até que a contratada providencie as medidas saneadoras.

*[Handwritten signature]*



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

5.3.1. A contagem do prazo para pagamento será reiniciado e contado da reapresentação e protocolização junto a Secretaria Municipal de Saúde do documento fiscal com as devidas correções, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional a contratante, nem deverá haver prejuízo da prestação de serviços pela contratada.

5.4. A empresa licitante deve ter conta bancária corrente junto a qualquer instituição de crédito dentro do país. Não se permitirá, portanto, outra forma de pagamento que não seja a de crédito em conta, o que vem cumprir as normativas do decreto da presidência da república 6.170 de 25 de julho de 2007.

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA:**

O prazo de vigência deste contrato será de **12(doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura e poderão ser prorrogados a critério do órgão solicitante e de acordo com o art. 57, da lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, com validade e eficácia após a publicação do seu extrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:**

O valor acordado será devidamente empenhado nos termos do § 3º, do art. 60 C/C o art. 61, da Lei Federal 4.320/64 e será pago a contratada, através da seguinte dotação orçamentária:

Ficha: 1175

Unidade: 02.03.03 Fundo Municipal de Saúde – FMS

Funcional Programática: 10.301.0004.2137.0000 Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento

Cat. Econômica: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.

Código de aplicação: 001 001

Fonte de Recurso: 0 1 29 Transferência dos Recursos do SUS

Ficha: 1198

Unidade: 02.03.03 Fundo Municipal de Saúde – FMS

Funcional Programática: 10.302.0004.2093.0000 Atenção a Média e Alta Complexidade

Cat. Econômica: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.

Código de aplicação: 300 000

Fonte de Recurso: 0 1 29 Transferência dos Recursos do SUS

**CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DOS PRODUTOS:**

8.1. O prazo de garantia dos materiais/equipamentos não poderá ser inferior a 12(doze) meses ou de acordo com a exigida na descrição de cada item, a contar do recebimento dos materiais;

8.2. Os materiais deverão ser certificados pelo INMETRO e estar, comprovadamente, dentro das especificações das normas técnicas da ABNT pertinentes a cada item;

8.3. Os materiais deverão estar em plena validade, observando-se os prazos indicados pelos fabricantes;

8.4. Não serão aceitos materiais com data de fabricação defasada que comprometa a sua utilização.

**CLÁUSULA NONA - DA FORMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**

9.1. Todos os materiais e custos necessários ao devido fornecimento ficarão por conta da contratada, inclusive o transporte e a entrega;

9.2. Os fornecimentos dos produtos serão sempre em conformidade com o quantitativo solicitado. A entrega será precedida de ordem de fornecimento emitida pela SESAU;

9.3. Quando da entrega dos produtos, a SESAU examinará os produtos fornecidos e informará a existência de falhas;

9.4. Todos os produtos deverão ter garantia contra defeitos de fabricação, conforme o que determina a legislação e no prazo estipulado neste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA.**

10.1. Os produtos deverão ser entregues no máximo de 15(quinze) dias após a comprovação do recebimento da nota de empenho pela contratada, no prédio sede da Secretaria Municipal de Saúde, situada na avenida João Paulo II s/n, bairro: Dom Aristides, Marituba/Pa, de segunda a sexta-feira, nos dias de efetivo expediente, no horário das 08h às 14h, sendo o frete, carga e descarga de responsabilidade do fornecedor até o local de armazenamento, responsável pelo recebimento e conferência dos materiais o sr. Manoel paixão.

10.2. O transporte do produto deverá assegurar a qualidade, evitando exposição as intempéries como variação à temperatura e luz solar;

Controladoria Geral de Marituba

V I S O

Analista



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



**CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

- 11.1. Efetuar entrega dos equipamentos e materiais em perfeitas condições de uso/consumo, no prazo e local indicados pela contratante, em estrita observância das especificações do termo de referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, tipo, procedência e prazo de garantia;
- 11.2. Executar diretamente o fornecimento, inclusive a garantia, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;
- 11.3. Cumprir o prazo de entrega e vigência da garantia prevista;
- 11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto de acordo com os artigos 12, 13, 17 e 27, do código de defesa do consumidor (lei nº 8.078/1990);
- 11.5. Se após o recebimento definitivo do produto for encontrado algum defeito, o fornecedor substituirá o item no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do aviso escrito enviado por fax ou e-mail ou outro meio hábil, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde;
- 11.6. Informar nome, número de telefone e e-mail do responsável, a fim de atender as solicitações da Secretaria Municipal de Saúde, bem como para atendimento a assistência durante prazo da garantia;
- 11.7. Arcar com todos os encargos decorrentes da presente aquisição, especialmente os referentes a frete, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas;
- 11.8. Dispor de meios necessários ao transporte, para a devida entrega dos correlatos no local de destino.
- 11.9. Manter, durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal e à capacidade técnica e operacional;
- 11.10. A contratada se responsabilizará integralmente por qualquer dano causado por seus empregados, quer seja a terceiros ou ao patrimônio desta SESAU.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRANTE**

- 12.1. Efetuar o empenho da despesa, garantindo o pagamento das obrigações assumidas;
- 12.2. Efetuar o pagamento das aquisições após termo de aceite definitivo e de acordo com as condições acordadas entre as partes, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 12.3. Comunicar a empresa sobre possíveis irregularidades observadas nos impressos fornecidos para substituição;
- 12.4. Receber provisoriamente os materiais mediante regular aferição de quantitativos, disponibilizando local, data e horário;
- 12.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, bem como atestar na nota fiscal/fatura efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite;
- 12.6. Rejeitar, no todo ou em parte dos materiais/equipamentos entregues em desacordo com as especificações contidas neste termo de referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO:**

- 13.1. Durante a vigência deste contrato, a contratada deve manter preposto, aceite pela administração da contratante, para representá-lo sempre que for necessário.
- 13.2. Não obstante seja a única e exclusiva responsável pelo objeto deste contrato, a contratante através do fiscal do contrato sr. **Manoel paixão**, especialmente designado pela Secretaria Municipal de Saúde, sem de qualquer forma restringir a plenitude desta responsabilidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 14.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:
  - A) Advertência;
  - B) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde por prazo não superior a 5 (cinco) anos.
  - C) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração enquanto perdurarem os motivos de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a administração por prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
- 14.2. Fica facultada a defesa prévia da licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.
- 14.3. As sanções poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da licitante, devidamente comprovadas perante a prefeitura municipal de Marituba/pa.

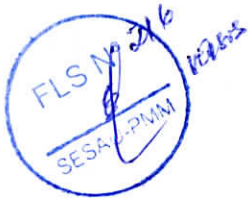
**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA -DAS PENALIDADES**

Av. João Paulo II s/n, – Dom Aristides – Marituba – Pará, CNPJ: 10.299.375/0001-58

Controladoria Geral de Marituba  
VISTO

Analista

Fone: (91) 3256-2007 e-mail: [cplsesau@yahoo.com](mailto:cplsesau@yahoo.com)



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

- 15.1. A contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas na lei nº 8.666/93 e suas alterações, e na lei nº 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente da SESA, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à administração e das cabíveis cominações legais;
- 15.2. Pela inadimplência total ou parcial do objeto deste contrato, o contratante poderá aplicar à contratada, mediante publicação no Diário Oficial da União, as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:
- 15.2.1. Advertência, por escrito;
  - 15.2.2. Multa de meio por cento sobre o valor total do contrato, por cada dia de atraso injustificado no cumprimento dos prazos para a entrega do material previsto no termo de referência;
  - 15.2.3. Multa de vinte por cento sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações contidas neste termo de referência;
  - 15.2.4. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a dois anos;
  - 15.2.5. Impedimento de licitar e contratar com a união, estados, distrito federal ou municípios, bem como descredenciamento no sistema de cadastramento unificado de fornecedores - SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º, da lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos, nos termos do art. 7º, da Lei nº 10.520/2002;
- 15.3. Será considerado descumprido totalmente o contrato quando, injustificadamente, o atraso para a entrega dos itens for superior a trinta dias corridos, ensejando a aplicação de penalidade, bem como a rescisão contratual;
- 15.4. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela administração da SESA, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas;
- 15.5. As sanções estabelecidas nos itens 20.2.1, 20.2.4 e 20.2.5, poderão ser aplicadas à contratada juntamente com aquelas previstas nos itens 20.2.2 e 20.2.3, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;
- 15.6. Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União – DOU;
- 15.7. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de cinco dias úteis a contar da data do recebimento da intimação;
- 15.8. Se a contratada não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada até a data do vencimento, esse valor será descontado da nota fiscal que vier a fazer jus;
- 15.9. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da contratada, o valor devido ou a diferença ainda não paga será objeto de inscrição na dívida ativa, sem prejuízo da correção monetária pelo índice geral de preços do mercado - IGPM, ou outro índice que porventura venha substituí-lo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA RESCISÃO:**

- 16.1. Este contrato poderá ser rescindido, nos seguintes casos:
- A) unilateralmente, pela contratante, nos casos enumerados no inciso i do art. 79, da lei nº 8.666/93;
  - B) amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência à administração;
  - C) judicialmente, nos termos da legislação processual.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

A quantidade inicialmente contratada poderá ser acrescida e/ou suprimida dentro dos limites previstos no § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93, podendo a supressão exceder tal limite, nos termos do § 2º, II, do mesmo artigo.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS**

- 18.1. Durante a vigência do contrato, os preços registrados serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 18.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93, a administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o contrato e iniciar outro processo licitatório;
- 18.3. O pedido que vise à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados no âmbito da secretaria municipal de saúde, será apurado em processo apartado, devendo ser observado o que determina a alínea "d" do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO:**



ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



Para a solução de quaisquer dúvidas, litígios ou condições decorrentes deste contrato administrativo, fica eleito, pelos contratantes, o foro da comarca de Marituba/Pa, com a renúncia de qualquer outro, especial, privilegiado ou de eleição, que tenham ou venham a ter.

**CLÁUSULA VIGÉSSIMA - REGISTRO E PUBLICAÇÃO:**

20.1. Este contrato será publicado na imprensa oficial, no mural da SESAU e Portal dos Jurisdicionados do Tribunal de Contas do Município.

20.2. Estando às partes de pleno acordo com as cláusulas e condições ora pactuadas, firmam o presente contrato em três vias de igual teor na presença de duas testemunhas, para que produza os necessários efeitos jurídicos legais, para publicação no prazo legal como condição de eficácia.

MARITUBA/PA, XX DE XXXXXXXX DE 2017.

\_\_\_\_\_  
**HELEN LUCY MENDES GUIMARÃES BEGOT**

Secretária Municipal de Saúde de Marituba/Pa/Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

TESTEMUNHAS: 1. \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Controladoria Geral de Marituba  
VISTO  
\_\_\_\_\_  
Analista